

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA VIVÊNCIA COTIDIANA

Autor (1); Raquel da Silva Freitas
Co-autor (1); Thays Emanuely Alves de Araújo

Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco-Campus Agreste (UFPE-CAA). E-mail: raqueldasilvafreitas.ufpe@gmail.com

Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco-Campus Agreste (UFPE-CAA). E-mail: thaysemanuely.009@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa é um produto da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica 2, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Que visa contribuir na discursão sobre a gestão escolar com foco no Projeto Político-Pedagógico e sua efetivação no cotidiano da instituição. Analisamos o PPP como um forte instrumento que favorece a qualidade das ações administrativas e pedagógicas, na busca de uma gestão democrática.

Palavras-chave: Educação; Gestão escolar; Projeto Político-Pedagógico.

Introdução

A instituição escolar é constituída de diversos setores, sendo o coordenador destes, a gestão, que em trabalho conjunto com a comunidade escolar (professores, alunos e pais/responsáveis) investe em ações que leva ao alcance de objetivos como a aprendizagem escolar e a formação de sujeitos críticos, com valores e atitudes, formando assim cidadãos. Desta forma a gestão é caracterizada por Libâneo como, “atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (2001, p. 438).

A contribuição coletiva é característica de uma gestão participativa, e esta é o principal meio de assegurar a gestão democrática. A democracia é uma busca pela autonomia da escola, a participação da comunidade e de todos os funcionários da instituição em todo processo educativo. Exigindo assim a formação continuada dos professores, o fortalecimento do ensino inclusivo, dentre outros aspectos.

O presente trabalho tem como foco estudar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) vivenciado no cotidiano escolar na promoção de uma formação integral. Tendo como objetivo geral analisar como a escola considera o PPP na sua organização do trabalho pedagógico e a administração. Partindo dos objetivos específicos de identificar e caracterizar as propostas abordadas no PPP e sua vivência no cotidiano escolar.

O Projeto Político Pedagógico, de acordo com Santiago,

É a aproximação de que se pensa sobre a educação, sobre o ensino, sobre os conteúdos do ensino, sobre o aluno com a prática pedagógica

que se realiza nas escolas. É a aproximação, cada vez maior, entre o que se pensa ser a tarefa da instituição escola e trabalho que se desenvolve na escola. É o confronto entre as intervenções e os resultados escolares. É uma filosofia de educação que se discute e se vive na escola (1997, p. 71).

Nesta perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples conjunto de planos de ensino, ou algo que é constituído e em seguida arquivado como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele necessita ser construído para/pela escola de acordo com suas singularidades e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo, são estes funcionários técnico-administrativos, alunos, pais/responsáveis.

Sendo necessário que se construa através de um processo democrático que assegure a participação de todos no procedimento, que de acordo com Veiga (1995), é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Partindo deste pressuposto de construção democrática de decisões e a preocupação de instaurá-lo na organização do trabalho pedagógico, Veiga afirma que,

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundada na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula (1995, p. 14).

A autora nos leva a refletir que o PPP é direcionador da organização de ações administrativas e pedagógicas. Entendo que os processos de aprendizagem são de natureza múltipla e complexa, e dos condicionantes sociais, culturais, e políticos, questões inseparáveis das práticas utilizadas para o ensino, considera-se relevante estabelecer a articulação entre as dimensões técnica e sociocultural do projeto político pedagógico.

A organização do trabalho educacional perpassa por duas dimensões, a administração e a gestão. A administração segundo Paro (2005) é produto de uma longa evolução histórica e traz marcas das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade, sendo a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. O significado de gestão para Cury (2007) é levar sobre si, carregar, executar, gerar (com base no latim), e afirma que a gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e pode transformar o ambiente. Para Lüke (2009), a gestão escolar planeja, organiza, lidera, orienta, media, coordena, monitora e avalia ações educacionais para a aprendizagem e a formação dos sujeitos.

O conceito de Projeto Político-Pedagógico conforme Libâneo, Oliveira e Toschi “é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar,

tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos” (2003, p. 345 e 346). De político entendemos que a escola é formadora de cidadãos conscientes, responsáveis, críticos e atuantes individual e coletivamente nos rumos da sociedade. O termo pedagógico, por sua vez, refere-se à dimensão que possibilita a efetivação da finalidade da educação, que é o ato de ensinar e aprender. Nesse sentido, Veiga nos esclarece a relação entre os termos,

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar imediatamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (1995, p. 13).

O Projeto Político-Pedagógico quando constituído não pode ser arquivado como tarefa burocrática, nem ser apenas um conjunto de planos de ensino e atividades, diz Veiga (1995). Quando a escola constrói, concretiza e avalia sua proposta pedagógica coletivamente envolvendo todos os participantes do processo, proporciona a gestão democrática na escola pública que com qualidade social contribui para emancipação do ser humano. Desta maneira, o gestor precisa esforçar-se para criar canais adequados de comunicação e interação entre os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar com intensão de contribuir para a formação integral dos educandos. Nesse sentido,

Organizar as atividades-fim e meio da instituição educativa, por meio do projeto político-pedagógico sob a ótica da inovação emancipatória e edificante, traz consigo a possibilidade de alunos, professores, servidores técnico-administrativos unirem-se e separarem-se de acordo com as necessidades do processo (VEIGA, 2003, p.275).

É importante ressaltar que neste projeto alguns aspectos podem ser considerados na sua elaboração, segundo Veiga (1998) a construção do Projeto Político-Pedagógico é marcada por três atos distintos: ato situacional, no qual se descreve a realidade da escola; ato conceitual que diz respeito à concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; e ato operacional, que mostra as ações para a operacionalização do projeto. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) compreende-se que,

A pergunta mais importante a ser respondida pela equipe escolar no momento da elaboração do projeto-curricular é: o que se pode fazer, que medidas devam ser tomadas para que a escola melhore, para que favoreça uma aprendizagem mais eficaz e duradoura dos alunos? [...] é indispensável que a discussão sobre o documento final seja concluída com a determinação das tarefas, dos prazos, de formas de acompanhamento e avaliação (2003, p. 359).

Assim, um dos principais elementos do projeto é o currículo, e este segundo é o referencial concreto da proposta pedagógica, ou seja, a projeção dos objetivos, orientações e

diretrizes operacionais previstas no projeto. O currículo, portanto, define o que se ensina e se aprende na escola no modo formal, desde a técnica até a formação política. Destaca-se a relevância do papel do professor onde ele é o principal mediador entre os conhecimentos expressos na proposta pedagógica curricular e os alunos, com isso entende-se de acordo com Veiga que,

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão, e assimilação são processos que compõe uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (1995 p. 26-27).

Em suma, o projeto da escola tem como objetivo principal os processos de ensino que se revelarão em aprendizagem. Para isso é necessário uma definição de qual concepção o Projeto Político-Pedagógico a escola vai utilizar e que este seja seu instrumento direcionador nas práticas da vivência educativa no cotidiano escolar para que a escola e os participantes dela se tornem autônomos no processo educativo,

Há um vínculo muito estreito entre autonomia e projeto político-pedagógico. A autonomia possui o sentido sociopolítico e está voltada para o delineamento da identidade institucional. A identidade representa a substância de uma nova organização do trabalho pedagógico. A autonomia anula a dependência e assegura a definição de critérios para a vida escolar e acadêmica. Autonomia e gestão democrática fazem parte da especificidade do processo pedagógico. (VEIGA, 2003, p. 277)

Metodologia

O presente trabalho é fundamentado em uma abordagem de pesquisa qualitativa, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), é uma abordagem “interpretativa do mundo”, estudando seus aspectos naturais de maneira profunda e tentando compreender os significados que as pessoas lhes conferem. Este tipo de pesquisa busca aprofundar-se na compreensão de um fenômeno social. Feita através da observação, análise documental, diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A análise documental é um aspecto fundamental desta pesquisa, juntamente com a observação que buscam a discursão dos objetivos específicos. Como auxílio neste processo utilizaremos entrevistas com alguns membros da instituição, gestor, coordenadores e professores, no intuito de identificar e discutir os diferentes pontos de vista em relação a vivência do PPP no cotidiano escolar.

A instituição escolar escolhida para a pesquisa foi a Escola Municipal em Tempo Integral Professor Altair Nunes Porto Filho, localizada no bairro do Cedro na cidade de Caruaru-PE, sendo mantida pela Prefeitura Municipal. O que nos motivou a escolher a instituição de ensino foi a sua proposta de educação integral, formação continuada e gestão democrática. A mesma funciona com 24 turmas de 1º a 4º ano do ensino fundamental em horário integral (matutino e diurno), contando com uma sala de Atendimento Educacional Especializado com funcionários qualificados como professores e cuidadores, no período noturno funciona o EJA, O quadro de funcionários é composto por gestor e vice gestora, 5 supervisores (as) e 55 professores (as).

A escola conta com um espaço diversificado e amplo, tanto no interior como no exterior do prédio, que conta com uma área ao ar livre para diversas atividades, como os horários de recreação e aulas de taekwondo. Os departamentos físicos que funcionam na escola são: sala para gestor e vice gestor, sala da coordenação pedagógica, secretaria, biblioteca, refeitório, almoxarifado, sala de multimídia que também funciona para reuniões entre equipe gestora, corpo docente e técnico-administrativo, sala de recursos multifuncionais, 24 salas de aulas, sala dos professores, laboratório de informática e centro poliesportivo utilizando tanto para aulas como para festividades.

Resultados e Discursão

Com base nos objetivos da pesquisa, junto com os instrumentos que auxiliaram na construção, sendo eles a análise do Projeto Político-Pedagógico, observações e diálogos estabelecidos ao longo das idas a campo, foi possível estabelecer as relações teórico-prática propostas para compreender o contexto escolar.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal em Tempo Integral Professor Altair Nunes Porto Filho está organizado sistematicamente, apresentado primeiro o espaço físico da escola e seus recursos matérias, o quadro de funcionários e turnos e trabalhos. O PPP expõe os propósitos educativos, as atividades desenvolvidas nos tempos pedagógicos, descreve também a ação pedagógica do cotidiano escolar, o plano de formação dos profissionais da escola.

O PPP tem como objetivos os seguintes: Assegurar condições de acesso, permanência e promoção dos educandos na escola; Promover o desenvolvimento integral do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e acesso ao mundo do trabalho; Construir condições adequadas às necessidades da equipe enquanto escola de forma participativa e flexível, assegurando a eficácia dos resultados com base no principio da gestão democrática; Promover

o diálogo para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico- PPP; Desenvolver o processo de ensino e aprendizagem a partir de ações de fortalecimento da relação aluno/professor/comunidade; Despertar o senso participativo no discente, através de sua compreensão crítico-reflexiva em torno do usufruto dos seus direitos e cumprimento de seus deveres; Incentivar as famílias ao acompanhamento dos discentes no sentido de constante presença estímulo e medidas disciplinares opera que de forma plena cumpram seus deveres e exerçam seus direitos à educação.

A discursão em tono do o PPP aponta para que os funcionários entendam que é um documento que expressa à identidade da comunidade escolar. Sobre isso, foi observado que o gestor compreende que ele não deve ser imposto, mas sim construído coletivamente, pois este processo de elaboração coletiva faz com que as pessoas reflitam sobre suas práticas. No entanto, um fator contrariante é a vivencia do PPP na escola onde o gestor e professores dizem durante a entrevista que não é efetivada, pois o PPP da escola não foi construído de acordo com a realidade.

A participação de toda comunidade escolar, os funcionários da escola, os alunos, as famílias e a comunidade é essencial, pois estes agentes interferem diretamente no cotidiano escolar e retrata-se. Somente dessa forma é possível uma escola democrática onde, a realidade global da comunidade escolar no qual a equipe articuladora tem como participante o conhecimento de todos os segmentos. Portanto, “só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada” (SAVIANI, 1982, p.63).

O PPP da escola foi construído na gestão anterior e não houve a participação de todos os funcionários atuais na sua construção o que causou uma confusão em relação aos seus objetivos. A construção coletiva oferece uma conscientização da coletividade, para compreensão do papel, da importância, da influência e da função de cada um dentro da organicidade da escola na elaboração do PPP, que se não for bem planejada e estruturada pode ocorrer um tumultuo de ideias e opiniões tornando-o um fardo, podendo até desmotivar os agentes envolvidos.

Durante as entrevistas e as observações notamos a presença dos alunos nessa construção não era oportunizada, isso mostra que a criança mesmo sendo o principal membro desse grupo ainda não tem a voz que precisa. Os alunos devem ser escutados, os mesmos têm uma historia de vida, uma realidade atual e sonhos, isso cabe ao papel da equipe articuladora

de sensibilizar a participação dos alunos na elaboração do PPP e buscar meios para que eles manifestem a importância da escola para a vida deles.

O Projeto de Ensino-Aprendizagem é produto do planejamento docente articulado com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais, traduzidas nas Diretrizes. Notamos que, a vivência do PPP é muito presente no ambiente escolar, principalmente quanto ao currículo, no documento são tratadas alternativas que falam de um currículo escolar qualificado e diferenciado e através das observações podemos identificar as propostas de aulas alternativas sendo efetivadas como teatro, músicas, dança. Como destacado por Veiga,

Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura (1995, p.7).

Como já foi citado acima não é somente no corpo docente que o Projeto Político-Pedagógico influencia, mas em toda a comunidade escolar. Esta é uma construção e vivência e comunitária, que pode ter o início do seu processo através de um grupo de professores, e na medida em que tal grupo se estabilizar abre-se à presença dos funcionários, alunos e pais, todos esses agentes tem um projeto de sociedade e nessa perspectiva entendemos que,

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político pedagógico (VEIGA, 1995, p.3).

Outro aspecto importante que está explícito no documento, é a participação da família, notamos que a escola busca de algumas maneiras a integração dos familiares em projetos culturais, reuniões bimestrais e festividades em datas comemorativas. É permitido também os pais/responsáveis tenham livre acesso no dia a dia, para que os mesmos possam contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente em que os filhos estão inseridos. Infelizmente constatamos uma mínima participação dos familiares nos encontros destinados ao diálogo, e a escola tem buscado novas formas de estimular esta participação, pois estes sujeitos são peças importantes na comunidade escolar.

Conclusão

Esse trabalho dedicou-se a analisar vivência do Projeto Político-Pedagógico em uma escola de tempo integral, a observação e a reflexão do cotidiano escolar têm demonstrando alguns dilemas na prática pedagógica e na formação continuada de professores. Desse modo, faz-se necessário priorizar a relação do professor-aluno e as especificidades das escolas, respeitando os saberes dos educandos, visto que esses saberes são construídos na prática comunitária.

O PPP apresenta uma amplitude em propostas pedagógicas e de acordo com nossas observações a maioria é vivenciada mesmo que alguns funcionários não tenham conhecimento que essas ações façam parte do projeto. O que se faz necessário é melhorar a socialização deste documento orientador entre a equipe gestora, professores e funcionários técnico-administrativos, para que se possa refletir e discutir tais propostas para que a execução ou reformulação seja baseada na realidade atual do contexto escolar.

Em sua construção, o PPP, trás a formação continuada para a equipe docente, esta formação está dividida na escola em duas partes, a formação dada pela secretária municipal e aquela que ocorre toda semana junto à coordenação pedagógica da escola. No entanto, observamos que os encontros semanais são, na verdade, troca de experiências e vivências do que uma formação. E a dada pela secretária tem por motivação a apresentação de algum projeto a ser implantado. Contudo, esta é uma questão a ser repensada e analisada para que haja uma verdadeira formação, de forma que contribua para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico diferenciado e cada vez mais qualificado.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos (VEIGA, 1995, p.4).

De acordo como Projeto Político-Pedagógico a instituição deve oferecer aulas diferenciadas, e foi possível observar a efetivação das mesmas, com aulas de dança, percussão, esportes e com um aproveitamento tanto da área interna como da área externa da escola. Com eventos culturais onde os alunos participam de apresentações, mostrando aquilo que aprenderam nas aulas e também tendo acesso a cultura local e da região, o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado (VEIGA, 1995).

Por fim, consideramos que a equipe gestora apresenta preocupações e direcionamentos que fazem da escola uma instituição fundamentada em conceitos democrático-participativos e que vivencia em grande parte o que está prescrito no Projeto Político-Pedagógico, mas, no entanto, existem pontos a serem analisados e repensados para que a escola tenha um melhor

funcionamento. Tendo em vista o trabalho coletivo, envolvendo todos os sujeitos da comunidade escolar, para uma construção que venha teorizar a prática pedagógica e a administração dentro da realidade da instituição, trabalhando o PPP como documento direcionador do trabalho para a constituição de uma gestão democrática e do avanço educacional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CURY, Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set. / dez. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática**.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa - **Evolução da Gestão Educacional, a partir de mudança paradigmática** - cedhap@cedhap.com.br, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução e crítica**. 13 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da 'vara'". In: Revista **Ande** no 3. São Paulo, 1982.

VEIGA, Ilma Passos, **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva**. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**/ Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.